

Sumário

O Uso da Metodologia DISC como Ferramenta de Gestão de Pessoas e Seus Impactos Positivos no Ambiente de Trabalho e Consequente na Redução do Passivo Trabalhista das Empresas Brasileiras.....	1
<i>Adriana Galera Mendes Rodrigues</i>	
<i>Luciana Batista dos Reis Pestana</i>	
Resumo.....	1
Introdução	2
1 Breve Histórico sobre a Teoria DISC	2
2 Conceito da Metodologia DISC.....	3
2.1 Quais os 4 Perfis DISC?	4
3 A Aplicação da Metodologia DISC na Contratação e Gestão de Pessoas	5
4 Impactos Positivos do DISC no Ambiente de Trabalho e a Consequente Redução do Passivo Trabalhista.....	10
Conclusão.....	12
Referências Bibliográficas	12
Descompasso do Artigo 620 da CLT e o <i>Quid Quo Pro</i> Sindical	15
<i>Alexandre Di Marino Azevedo</i>	
Resumo.....	15
Introdução	16
1 Entendendo a Importância dos Acordos Coletivos de Trabalho	16
2 Princípio da Norma Mais Favorável	18
3 Redação do Artigo 620 da CLT Antes da Reforma Trabalhista.....	20
4 Redação do Atual Artigo 620 da CLT.....	22
5 Suporte Financeiro das Entidades Sindicais.....	23

6 <i>Quid Pro Quo</i> Sindical	24
7 Solução	25
Conclusão.....	25
Referências Bibliográficas	26

Os Impactos nas Relações de Emprego e a Competência da Justiça do Trabalho após ADC nº 48 29

Daniela Motta Baptista Pereira

Leon Vieira Nazareth Olmo

Resumo.....	29
Introdução	30
1 A Lei nº 11.442/2007 e a Natureza das Relações	31
2 O Conflito de Competência Material (Justiça Trabalhista x Justiça Cível).....	34
3 Do Julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade e Seus Reflexos.....	37
4 Das Decisões Judiciais Conflitantes após Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 48	39
Conclusão.....	44
Referências Bibliográficas	46

A Política de Cotas para Contratação de Aprendizizes no Brasil..... 49

Diana Padovese Costa

Tallyta Ingrid Silva Martins

Resumo.....	49
Introdução	50
1 Definição de Aprendizizes.....	51
2 Contrato de Aprendizagem.....	53
3 Contextualização Legal.....	56
3.1 Cenário Global.....	57
3.2 Cenário Nacional	59

4 O Regime de Cota para Contratação de Aprendizizes.....	62
5 Penalidades em Virtude do Não Cumprimento da Cota.....	64
6 Dificuldades para o Cumprimento da Cota.....	65
7 Soluções para o Cumprimento da Cota.....	66
8 Benefícios para Empresa que Cumpre a Cota.....	67
Conclusão.....	68
Referências Bibliográficas	69

**A Terceirização e uma Análise do Futuro das
Relações de Trabalho.....** 73

Isabelli Maria Gravatá Maron

Leandro Antunes de Oliveira

Resumo.....	73
Introdução	74
1 Conceito de Terceirização	75
2 A Mudança de Paradigma – Atividade Meio x Atividade Fim.....	78
3 Atividade Fim – Chancela do STF – ADPF 324 e RE 958.252	80
Conclusão.....	84
Referências Bibliográficas	85

A Prática do Assédio Moral Laboral..... 87

Ivan Simões Garcia

Juliana Pieruccetti Sengès Waksman

Resumo.....	87
Introdução	88
1 Conceito de Assédio Moral	88
2 O Assédio Moral Está Restrito ao Poder Hierárquico no Ambiente de Trabalho?	90
3 Diferença entre Assédio Moral e Dano Moral	90
4 Assédio Moral Organizacional.....	91
5 Efeitos Jurídicos do Assédio Moral.....	92

6 A Inclusão do Assédio na Comissão de Interna de Prevenção de Acidentes.....	93
Conclusão.....	95
Referências Bibliográficas	95

**A Obrigatoriedade do Controle da Jornada de Trabalho
no Emprego Doméstico no Brasil..... 97**

Jamerson Oliveira

Mario Avelino

Resumo.....	97
Introdução	98
1 Conceito de Empregado Doméstico no Brasil.....	99
2 Breve Histórico sobre o Controle da Jornada de Frequência do Emprego Doméstico no Brasil	100
3 A Obrigatoriedade do Controle de Ponto no Emprego Doméstico no Brasil	102
4 Jurisprudências Referentes a Condenações em Horas Extras dos Empregadores Domésticos no Brasil.....	104
5 Soluções para Simplificação do Controle de Jornada do Emprego Doméstico no Brasil.....	106
Conclusão.....	108
Referências Bibliográficas	108

**O Princípio da Dupla Visita na Fiscalização do Trabalho
como Garantia do Desenvolvimento da Ordem Econômica.....111**

José Geraldo Machado dos Santos

Resumo.....	111
Introdução	112
1 Da Importância das Micro e Pequenas Empresas para o Desenvolvimento do Produto Interno Bruto Nacional – PIB.....	113
2 Do Posicionamento dos Órgãos de Fiscalização Vinculados ao Ministério do Trabalho.....	115

3 Da Tentativa de Reforma à CLT em Resposta à Demanda dos Pequenos Empresários	117
4 Do Posicionamento Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho	121
Conclusão.....	124
Referências Bibliográficas	125
Lei nº 14.611/2023 – Igualdade Salarial e de Critérios Remuneratórios entre Mulheres e Homens.....	127
<i>Larissa Vieira Fernandez de Arantes</i>	
<i>Paula Leonor Mendes Fernandes Rocha</i>	
Resumo.....	128
Introdução	128
1 Da Cronologia da Proteção à Igualdade Salarial no Brasil desde a Promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 até a Publicação da Lei nº 14.611/2023	129
2 Conceito de Igualdade Salarial Extraído da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.....	131
3 Da Análise dos Dados do Ministério do Trabalho e Emprego sobre a Desigualdade Salarial entre Mulheres e Homens no Brasil.....	132
4 Comentários sobre Lei nº 14.611/2023: Igualdade Salarial e de Critérios Remuneratórios entre Mulheres e Homens.....	133
Conclusão.....	140
Referências Bibliográficas	141
O Etarismo no Mercado de Trabalho	143
<i>Magda Hruza de Souza Alqueres Ferreira</i>	
Resumo.....	143
Introdução	144
1 A Pessoa Idosa e Seu Direito ao Trabalho.....	145

2 As Disposições Internacionais sobre a Proteção à Pessoa Idosa no Mercado de Trabalho: ONU – Organização das Nações Unidas, OMS – Organização Mundial da Saúde e OEA – Organização dos Estados Americanos	146
3 O que Garante a Constituição Federal	149
4 O Estatuto da Pessoa Idosa.....	150
5 O Envelhecimento Ativo.....	152
6 Etarismo	153
7 A Prevalência do Negociado para Inclusão de Cláusulas nos Instrumentos Coletivos de Trabalho – Estabilidade Negociada e Aplicação de Entendimentos Conjuntos e de Consenso.....	159
Conclusão.....	167
Referências Bibliográficas	168

Gestão de Riscos Trabalhistas: Utilização de Framework Público na Identificação e Mitigação de Riscos

Trabalhistas Privados	171
------------------------------------	------------

Patrícia Fernandes Marques

Paulo Roberto Silva Castro

Resumo.....	171
Introdução	172
1 Gestão de Riscos	173
1.1 Noções Introdutórias	173
1.2 Riscos: Conceitos e Classificações.....	174
1.3 Etapas da Gestão de Riscos.....	174
1.3.1 Estabelecimento do Contexto ou Análise de Ambiente	175
1.3.2 Identificação dos Riscos.....	176
1.3.3 Análise dos Riscos	177
1.3.4 Avaliação dos Riscos	177
1.3.5 Tratamento dos Riscos.....	178
1.3.6 Monitoramento, Comunicação e Melhoria Contínua.....	178

2 Gestão de Riscos Trabalhistas	179
2.1 Estabelecimento do Contexto ou Análise de Ambiente	180
2.2 Identificação dos Riscos	183
2.3 Análise dos Riscos	184
2.4 Avaliação dos Riscos.....	185
2.5 Tratamento dos Riscos	185
2.6 Monitoramento, Comunicação e Melhoria Contínua	187
Conclusão.....	187
Referências Bibliográficas	188

ESG e o Direito do Trabalho..... 191

Paula Milani P. Telles

Resumo.....	191
Introdução	192
1 Contexto Histórico	192
2 Aplicação dos Pilares ESG.....	194
2.1 “Tone From The Top”	195
2.2 Surgimento e Aplicação do ESG no Brasil	197
3 ESG e o Direito do Trabalho.....	199
Conclusão.....	203
Referências Bibliográficas	204

**As Diretrizes da LGPD nas Responsabilidades das
Relações de Trabalho.....** 207

Sabrina Farah Pessoa

Resumo.....	207
Introdução	207
1 Relações de Trabalho na Era da Tecnologia da Informação.....	209
2 LGPD, Relações de Trabalho e os Dados Pessoais	209
2.1 Agentes de Tratamento de Dados	211

2.2 Deveres dos Empregadores como Controlador de Dados de Seus Empregados.....	212
2.3 Direitos dos Empregados como Titular de Dados.....	214
2.4 Hipóteses de Tratamento de Dados Pessoais nas Relações de Trabalho e Emprego	215
3 As Relações de Trabalho e as Responsabilidades na LGPD.....	216
Conclusão.....	221
Referências Bibliográficas	222